

Argumentos a favor de um euro digital: principais objetivos e considerações sobre a sua conceção

No contexto da utilização generalizada de tecnologias digitais e móveis, os pagamentos de retalho também atravessam uma transformação disruptiva. Dado que as pessoas privilegiam cada vez mais os pagamentos digitais, é imperativo assegurar que continuam a ter acesso a moeda do banco central, a base fundamental da nossa moeda – o euro. Este aspeto é igualmente fulcral para reforçar a autonomia estratégica da área do euro e importante para a eficiência dos pagamentos.

Preservar o papel da moeda pública como âncora monetária do sistema de pagamentos

Presentemente, a moeda do banco central só está disponível ao público sob a forma de notas de banco. Num mundo digital, poderia, portanto, passar a ser marginalizada como meio de pagamento.

Um euro digital proporcionaria um meio de pagamento eletrónico emitido pelo banco central, que estaria acessível a todos na área do euro. Complementaria o numerário, não o substituiria.

Tal preservaria o papel da moeda do banco central enquanto força estabilizadora do sistema de pagamentos.

A experiência adquirida ao longo de um período alargado mostrou que um modelo de pagamentos híbrido tem servido bem a sociedade: o banco central fornece a base monetária, ou seja, depósitos junto do banco central para as instituições de crédito e numerário para as pessoas, ao passo que o setor privado tem proporcionado aos clientes soluções de pagamento (por exemplo, cartões de crédito) assentes em moeda do banco comercial (como depósitos).

Um elemento essencial deste modelo híbrido é o facto de os cidadãos poderem converter moeda privada (de bancos comerciais) em moeda pública (do banco central) numa base “um para um” a qualquer momento – e poderem utilizar a moeda do banco central para pagamentos. Esta convertibilidade garantida cria e mantém a confiança tanto na moeda privada como na moeda pública. Protege também a função da moeda enquanto unidade de conta única. Nessa medida, a moeda pública proporciona uma âncora, que salvaguarda o bom funcionamento do sistema de pagamentos, preservando a estabilidade financeira e a confiança na moeda.

A disponibilidade e a conveniência da moeda pública para efetuar compras no conjunto da área do euro aumenta a eficiência de todo o sistema de pagamentos. Reduz o risco de comportamentos abusivos no mercado, que podem ocorrer num mercado dominado por um ou um número reduzido de prestadores de serviços privados.

Diminuição da utilização de numerário para efetuar pagamentos...

Este modelo híbrido sólido e eficiente de efetuar pagamentos é posto à prova pela adoção generalizada de pagamentos digitais.

O Eurosistema continuará a oferecer notas e a apoiar a sua utilização enquanto as pessoas as solicitarem. Não obstante, o numerário é cada vez menos utilizado para realizar pagamentos. Já acontece não poder ser utilizado no comércio eletrónico e muitas lojas físicas também preferem pagamentos em moeda escritural. Durante a pandemia, os pagamentos *online* e sem contacto aumentaram de forma acentuada. Se esta tendência persistir, o numerário poderá acabar por perder o seu papel central nos pagamentos.

Atualmente, a disponibilidade e a aceitação generalizadas de numerário protegem a autonomia estratégica dos pagamentos europeus e a soberania monetária. O numerário continuaria a ser uma solução de recurso em caso de tensões geopolíticas ou se fossem impostas sanções à Europa. Em contraste, a maioria das soluções de pagamento eletrónico é presentemente gerida por empresas com sede fora da União Europeia.

... e uma mudança digital disruptiva

Na ausência de uma moeda digital pública que sirva de âncora para a inovação digital, as tendências recentes estão a criar confusão sobre o que é, ou não, moeda digital. Consideremos, a título de exemplo, os criptoativos: carecem de convertibilidade ao valor nominal com a moeda do banco central, constituem um meio de pagamento ineficiente (no caso dos criptoativos não garantidos) e são vulneráveis a corridas (como é o caso das criptomoedas estáveis). Esta situação expõe o sistema financeiro a instabilidade.

Além disso, as grandes empresas tecnológicas (*BigTech*) poderiam utilizar a sua vasta base de clientes para introduzir criptomoedas estáveis a nível mundial, que poderiam expandir-se rapidamente. Tal poderia aumentar o risco de o nosso mercado de pagamentos ser dominado por soluções e tecnologias não europeias.

Não existindo um euro digital, o surgimento de outras moedas digitais dos bancos centrais em grandes economias e a sua utilização transfronteiras poderiam comprometer o papel internacional do euro. Isto porque as moedas digitais dos bancos centrais oferecem benefícios em termos de eficiência, escalabilidade, liquidez e segurança e podem ser utilizadas para facilitar os pagamentos transfronteiras. As moedas digitais dos bancos centrais podem, assim, tornar uma moeda e a sua utilização mais atrativas como unidade de pagamento mundial.

Um euro digital seria um bem público e promoveria a inovação

Um euro digital emitido pelo Eurosistema proporcionaria uma âncora monetária na era digital, funcionando como um bem público. Poderia promover a inovação, aumentar a eficiência dos pagamentos e apoiar a eficiência económica geral da União Europeia. Acompanharia a transição digital em curso, mobilizando sinergias com o setor privado. Por exemplo, ao permitir aos intermediários oferecer serviços inovadores baseados num euro digital, possibilitaria que as soluções de pagamento cobrissem com mais facilidade e rapidez toda a área do euro e as empresas de menor dimensão oferecessem serviços mais avançados do ponto de vista tecnológico a preços competitivos.

A conceção é importante: como poderia funcionar um euro digital

Um euro digital só pode ser bem-sucedido se for utilizado no dia a dia pelos cidadãos europeus. A conceção de um euro digital é, por conseguinte, da maior importância e deve acrescentar valor face às soluções existentes.

Embora ainda demore algum tempo até poder ser tomada a decisão sobre os pormenores da conceção final de um euro digital, já são visíveis algumas considerações necessárias.

- Para ser aceite, um euro digital tem de proporcionar benefícios aos utilizadores. Estudos realizados revelaram que os aspetos mais valorizados pelos clientes são a aceitação generalizada, a facilidade de utilização, o baixo custo, a velocidade elevada, a segurança e a proteção dos consumidores, ao passo que os comerciantes procuram baixo custo, facilidade de utilização e integração nos sistemas existentes.
- A proteção da privacidade tem de seguir os padrões mais elevados e os utilizadores devem poder decidir que informação querem divulgar – mas sempre em conformidade com a legislação aplicável.
- A distribuição generalizada deve também beneficiar os segmentos da população anteriormente sem acesso, ou com acesso insuficiente, a serviços financeiros para efetuar e receber pagamentos, reforçando, assim, a inclusão financeira.

Existem, porém, riscos associados a uma utilização excessiva de um euro digital com fins de investimento, para além do papel pretendido como meio de pagamento. É necessário criar salvaguardas para evitar uma migração excessiva de depósitos para o banco central, que poderia perturbar a concessão eficiente de crédito bancário a consumidores e a empresas ou desestabilizar o sistema bancário em períodos de tensão financeira. Não obstante a probabilidade de adesão a um euro digital ser gradual, essas salvaguardas devem ser asseguradas desde o início.

É da responsabilidade do setor público – e, em especial, dos bancos centrais – preservar a integridade do sistema monetário e do sistema de pagamentos no interesse dos cidadãos. Se for cuidadosamente concebido e introduzido, um euro digital poderá desempenhar um papel decisivo e benéfico nesse sentido e constituir um verdadeiro bem público, que beneficiaria o conjunto da economia e da sociedade.